

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS. DIREITO.

I – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

21) Considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas:

- a) Apenas em caso de dolo.
- b) Apenas em caso de erro grosseiro.
- c) Em caso de dolo ou erro grosseiro.
- d) Apenas em caso de negligência.
- e) A responsabilidade do agente é objetiva.

II – Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública; Atos Administrativos; Regime constitucional dos servidores públicos; Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 8.666/93.

22) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

- a) Legalidade, impessoalidade e formalismo exacerbado.
- b) Eficiência, moralidade e anterioridade centesimal.
- c) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) Impessoalidade, publicidade e eficiência.
- e) Moralidade, eficiência e sigilo dos atos oficiais.

23) Em relação ao regime jurídico constitucional dos servidores públicos é incorreto afirmar:

- a) Ao servidor público estável é assegurada a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- b) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício.
- c) O servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- d) O servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- e) O servidor público estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

III – Direito Constitucional: Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária Competências constitucionais do Controle Externo, Competências do Poder Legislativo e Competências dos Tribunais de Contas - Sistema de Controle Externo - Sistema de Controle Interno.

24) Aos Tribunais de Contas não compete:

- a) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- b) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- c) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) Sustar a execução do ato impugnado, em caso de ilegalidade, quando o órgão ou entidade não adotar as providências necessárias ao cumprimento da lei, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.
- e) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

25) Em relação aos Tribunais de Contas, assinala a alternativa incorreta

- a) O Tribunal deve encaminhar ao Poder Legislativo, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- b) Os Tribunais de Contas Estaduais serão integrados por sete Conselheiros, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Estadual com mais de dez anos de carreira.
- c) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- d) O Tribunal julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- e) É requisito para o cargo de Ministro ou Conselheiro de Tribunal de Contas possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

IV – Direito Financeiro: Instrumentos de Planejamento, Lei 4.320/64, Despesa Pública; Lei de Responsabilidade Fiscal.

26) Acerca do empenho, nos termos da Lei n. 4.320/64, é correto afirmar que:

- a) O empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos.
- b) A realização de despesa independe do prévio empenho.

- c) O empenho da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- e) O empenho da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

27) Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumpre aos Tribunais de Contas alertar os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, além do Ministério Público, nos casos em que:

- a) O montante da despesa total com pessoal ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite previsto na LRF.
- b) Os gastos com inativos e pensionistas se encontrarem abaixo do limite definido em lei.
- c) As metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias forem alcançadas.
- d) Ocorrer a observância dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- e) Houver carência de pessoal e a necessidade de realizar concurso público no respectivo exercício financeiro, observada as restrições da legislação eleitoral.

V – Processo Civil: Do Juiz. Impedimento e Suspeição.

28) Em relação ao impedimento do juiz para atuar no processo, nos termos do Código de Processo Civil, é incorreto afirmar que:

- a) É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.
- b) Não há diferença substancial entre as hipóteses de impedimento e de suspeição do juiz.
- c) É vedado ao juiz exercer suas funções no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.
- d) É vedado ao juiz exercer suas funções no processo em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
- e) É vedado ao juiz exercer suas funções no processo em quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

VI – Legislação Específica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas: Lei nº 5.604 de 20 de janeiro de 1994 (LOTCE/AL) - Resolução nº 003/2001 (RITCE/AL).

29) Nos termos da Lei Orgânica do TCE/AL, assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento, o Acórdão à Assembleia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal.
- b) Ao Tribunal de Contas, no âmbito de sua competência e jurisdição, é assegurado o poder regulamentar de expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições, organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando o seu cumprimento, por quem de direito, sob pena de responsabilidade.
- c) Serão nulos todos os atos relacionados com pessoal, tais como nomeação, contratação e serviços prestados sob qualquer natureza ou modalidade, que não seja devidamente aprovados na forma da Lei, em Sessão plena do Tribunal de Contas.
- d) Compete ao Tribunal de Contas decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.
- e) Compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade dos atos de contratos, ajustes, convênios, assim como os de renúncias de receitas e de outros atos administrativos correlatos.

30) Nos termos do Regimento Interno do TCE/AL, em relação às consultas dirigidas à Corte, é correto afirmar que:

- a) Serão apreciadas monocraticamente pelo Relator.
- b) A resposta à consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou do caso concreto.
- c) É vedada a realização de diligência instrutiva no procedimento de consulta.
- d) Não há prazo máximo para emissão de parecer em consulta.
- e) É facultada a qualquer autoridade formular consulta ao Tribunal.

GABARITO PRELIMINAR. DIREITO.

21-C

22-D

23-A

24-E

25-B

26-D

27-A

28-B

29-A

30-B